
INDUSTRIALIZAR AS FRONTEIRAS?

CATHERINE AUBERTIN
Economista do ORSTOM
Departamento de Geografia — UnB
Brasília, DF

RESUMO

Os Estados do Centro-Oeste brasileiro, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal vêm sofrendo grandes modificações em suas estruturas demográficas e produtivas. São os Estados das “fronteiras”, sejam elas agrícolas, comerciais ou políticas. Na época destas profundas mudanças a indústria permanece retraída e não acompanha a explosão urbana nem o desenvolvimento agrícola. Questionamo-nos neste artigo sobre as chances de uma indústria que se apoiaria numa agricultura não-estabilizada dentro de uma região dominada pelos grandes centros industriais do País. Apresentamos aqui uma contribuição crítica à teoria do desenvolvimento por cadeias agroindustriais.

Palavras-chave:

Desenvolvimento regional — Industrialização — Agroindústria — cadeias agro-industriais — fronteiras agrícolas — Brasil — Centro-Oeste.

INDUSTRIALISER LES FRONTIÈRES?

RÉSUMÉ

Les états du Centre Ouest brésilien, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sud, Goiás et District Fédéral, connaissent de grands bouleversements de leurs structures démographiques et productives. Ce sont les états des “frontières” que celles-ci soient agricoles, commerciales ou politiques. Lors de ces profondes mutations, l’industrie reste en retrait et n’accompagne pas l’explosion urbaine ni le développement agricole. Nous nous interrogeons dans cet article sur les chances d’une industrie qui s’appuyerait sur une agriculture non stabilisée dans une région dominée par les grands centres industriels nationaux. Nous présentons ici une contribution critique à la théorie du développement par filières.

Mots-clés:

Développement régional — Industrialisation — Agro-Industrie — Frontières agricoles — Filières agro-industrielles — Brésil — Centre-Ouest brésilien.

THE INDUSTRIALIZATION OF THE FRONTIER STATES

ABSTRACT

The states of central western Brazil, Rondônia, Mato Grosso, southern Mato Grosso, Goiás and the Federal District suffer big changes in their demo-

graphic and productive structures. They are frontier states, whether they are agricultural, commercial or political. In the course of these deep modifications, the industry is stagnating and keeps pace neither with the urban growth nor with the agricultural development. We wonder in this paper about the potentialities of an industry which would be based on a non stabilized agriculture in a zone where the great national industrial centres prevail. We give here a critical contribution to the theory of the development by branches.

Key words:

Regional development — Industrialization — Agro-industry — Agricultural frontiers — Agro-industrial branches — Brazil — Central western Brazil.

A expressão física principal das “fronteiras” consiste numa reorganização do espaço pela intensificação da produção agrícola ou da ocupação demográfica, em zonas consideradas como “vazias” segundo critérios frequentemente subjetivos.

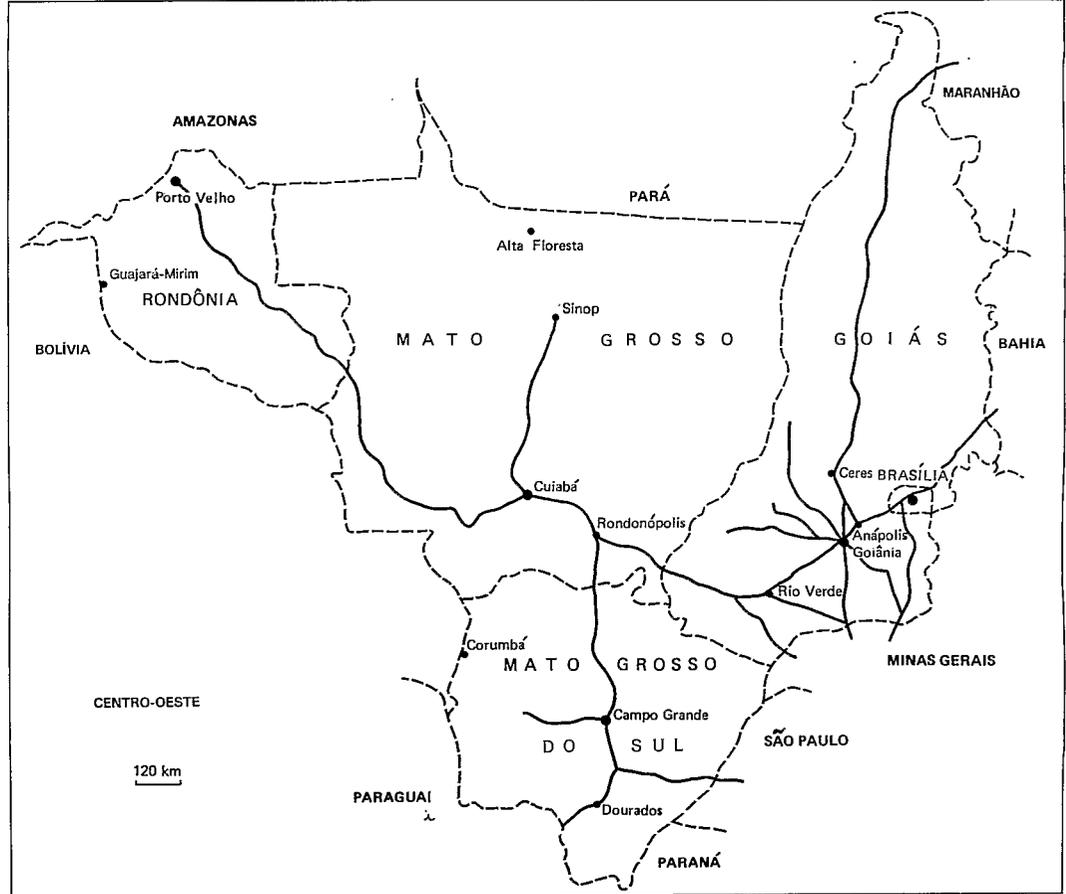
Esta reorganização pode passar pelo desmatamento de novas terras, pela reestruturação das explorações dos estabelecimentos agrícolas e pela utilização de novas tecnologias sobre terras já integradas ao processo produtivo. Nestes dois casos, quer se trate de “abertura” ou de “fechamento de fronteiras”, nota-se que a explosão urbana é o fenômeno mais marcante.

Estas cidades, produção do espaço rural no qual se integram, são mais ou menos desprovidas de funções econômicas produtivas. A maior parte da população parece sobreviver no setor informal, quando a quase totalidade dos empregos recenseados, além dos empregos temporários agrícolas, situa-se no setor do comércio, dos serviços, da administração e da construção.

O sonho e o discurso dos poderes públicos giram em torno das possibilidades de industrialização da produção agrícola. A indústria ofereceria empregos aos habitantes da cidade e permitiria, pela integração local do desenvolvimento econômico, a realização de maiores benefícios. A política agrícola encontraria então sua legitimação como base indispensável de um desenvolvimento “total”. Em que estágio se encontra a análise regional?

Nosso propósito aqui não é julgar as suficiências da política industrial, mas de tomar o problema ao inverso, analisando as insuficiências da política agrícola como freio a um processo de industrialização fundamentado sobre a transformação de produtos primários. Com efeito, pode-se questionar os fundamentos da lógica segundo a qual o tipo de agricultura que predomina nas fronteiras pode dar origem a uma agroindústria conseqüente, e duvidar das propostas das Federações das Indústrias e das Secretarias de Estado que elaboram projetos agroindustriais em cadeia. Por exemplo: boi = frigorífico = curtume = indústria do vestuário e dos calçados, ou soja = fábrica de óleo e de farelo = rações = criação.

A partir das empresas do Centro-Oeste (Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal) que conhecemos, tentaremos mostrar que a presença de matérias-primas não é necessariamente determinante para a



industrialização. A política agrícola observada na região não permite oferecer uma estabilidade de qualidade e de quantidade, necessária a uma arrancada industrial progressiva. Enfim, é preciso estar consciente de que a industrialização da região não pode ser apenas estabelecida atrairdo, graças às ajudas federais e locais, empresas (filiais ou “caçadores de prêmios”) cujos interesses são exteriores e às vezes contrários aos da região, sem acréscimo de dependência e gastos sociais elevados para o Estado e o município de acolha.

1. PRODUTOS POUCO DIVERSIFICADOS DE OFERTA E QUALIDADE INCERTA

As matérias-primas oferecidas pelo Centro-Oeste são pouco diversificadas e a tendência agrícola dos últimos anos caminha no sentido de uma especialização ainda maior. As culturas de exportação são favorecidas enquanto as de sobrevivência regredem (Quadro 1). A mecanização das grandes propriedades voltadas para a monocultura é acompanhada por um forte êxodo rural e pelo abandono da pequena agricultura diversificada. A lavoura da soja e a criação de bovinos se expandem (Quadro 2). Em contrapartida a esse fenômeno, a “frente pioneira” segue seu caminho em direção ao norte e ao oeste. Suas produções agrícolas são decepcionantes. Somente os subprodutos do desmatamento constituem uma produção significativa: a madeira e o arroz que se plantam após o desmatamento por 2 ou 3 anos antes das pastagens.

Para transformar industrialmente a soja e a carne é preciso recorrer a grandes investimentos, somente possíveis para pequeno número de empresários locais, e produzir em grandes quantidades que ultrapassem rapidamente a capacidade de absorção do mercado local. A madeira e o arroz podem contentar-se com uma transformação mais simples, mas as indústrias devem então

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO CENTRO-OESTE

Produto	– Toneladas –		
	1970	1980	1983
Soja	24.172	1.918.148	2.435.809
Arroz	1.617.990	3.344.707	3.144.214
Milho	880.083	2.192.097	2.439.569
Feijão	193.048	108.878	138.551
Mandioca	1.328.391	1.184.718	1.356.685
Cana-de-açúcar	1.419.237	2.271.371	6.945.610
Café	18.064	115.138	179.998
Trigo	909	110.383	160.160
Algodão	104.877	138.413	143.311

Fontes: Sudeco-DPR, IBGE.

QUADRO 2 – VALOR DAS PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO CENTRO-OESTE – 1980.

Produto	Valor 1.000 Cr\$	Composição do Valor Total das Culturas
Arroz	25.654.735	38,4%
Soja	13.665.248	20,5%
Milho	9.425.562	14,1%
Feijão	5.480.923	8,2%
Café	2.299.261	3,4%
Algodão	2.067.701	3,1%
Cana-de-Açúcar	1.348.048	2,0%
Banana	1.274.657	1,9%
Mandioca	1.237.455	1,8%
Trigo	907.861	1,4%
Tomate	406.029	0,6%
Laranja	205.413	0,3%
Alho	194.828	0,3%
Amendoim	115.124	0,2%
Outros Produtos	1.512.180	3,8%
Total Lavouras	66.795.025	100,0%
Extração Vegetal	5.859.197	
Total Produção Vegetal	72.654.222	
Pecuária	88.655.928	
da qual Produção Leiteira	12.056.938	
Total Produção Animal	96.443.561	
Total Agricultura e Pecuária	169.097.787	(Lavouras 39,5%) (Extração Vegetal 3,5%) (Pecuária 57%)

Fontes: Sudeco-DPR, IBGE.

acompanhar o deslocamento da fronteira agrícola, para ficarem nos locais de produção. Enfim, essas quatro produções são instáveis. As duas primeiras estão sujeitas a flutuações de preços no mercado externo; as duas últimas, porque estão ligadas ao processo de desmatamento que, por definição, deverá esgotar-se por si próprio ao nível da região. A especialização da atividade agrícola em torno dessas quatro produções condiciona a uma especialização industrial sobre a qual iremos nos estender mais detalhadamente.

1.1. A oferta de matérias-primas

A oferta de matérias-primas não conduz automaticamente à sua industrialização. Podemos ressaltar um exemplo importante neste sentido: as únicas usinas de farinha de trigo e de óleo de soja em funcionamento hoje no Mato

Grosso do Sul não acompanharam o desenvolvimento espetacular da produção de trigo e de soja da região.

1.1.1. A fragilidade da oferta de matérias-primas

Certamente, as produções agrícolas estão subordinadas ao calendário das colheitas, e toda agroindústria sofre da irregularidade do abastecimento. Uma política de estocagem, de seleção de grãos, de rotação das culturas, de irrigação ou de adaptação das cadeias de produção permite, entretanto, que se atenuem a influência das estações. Mas os problemas de instabilidade situam-se em outros setores.

A produção de leite e de carne ressentem-se consideravelmente das consequências da estação de seca quando ela cai de mais da metade. Essas oscilações de produção revelam uma política de criação pouco racional e pouco modernizada, sem sistema de confinamento. No Mato Grosso de Goiás (GO), considerado como uma importante bacia leiteira, a produção média anual por vaca é de um litro por dia. Os animais não são selecionados e a produção leiteira e a de carne são, na maior parte do tempo, indiferenciadas. A criação permanece um modo de ocupação extensiva do espaço, de fraca rentabilidade mas com graves consequências sociais.

A fábrica de óleo de soja de Fátima do Sul (MS), fundada em 1971, propunha-se a tratar o amendoim, sendo este a principal produção daquela época. Não se sabe se a fábrica precipitou o abandono dessa cultura, preferindo lançar-se 3 anos à transformação da soja, ou se, ao contrário, foi submetida a circunstâncias “conjunturais”. Nestes últimos anos, ela sofreu algumas dificuldades de abastecimento em pleno “boom da soja”: no Paraguai, o preço de compra oferecido situava-se em mais do dobro do preço brasileiro e favorecia um intenso contrabando. O Mato Grosso do Sul, de acordo com as estatísticas agrícolas do IBGE, produziu em 1983 perto de 1.800.000 toneladas de soja. Todavia, por ocasião do balanço do comércio exterior do Estado, os serviços competentes procuram em vão sinais de transações referentes a 600.000 toneladas (um terço da produção!). A fábrica não pensa em expandir-se nem modificar muito seu processo de produção, a soja sendo simplesmente transformada em óleo semi-refinado sem condicionamento para o consumo.

Em Guajará-Mirim (RO), as fábricas de primeira transformação de castanha-do-pará e de borracha encontram o essencial de suas matérias-primas na Bolívia. A futura fábrica de trituração de grãos de ricino de Ponta Porã (MS) deverá abastecer-se no Paraguai. Já há muito tempo que as serrarias implantadas na fronteira do Paraguai não trabalham mais a madeira brasileira. A aplicação de uma legislação alfandegária rigorosa ameaça prejudicar todas essas atividades industriais.

A indústria da madeira afirma-se como uma das principais indústrias da região. Mas a maioria das serrarias não tem o recurso do contrabando para assegurar seu abastecimento. Elas devem seguir a “frente pioneira”. Sem qualquer política de reflorestamento, a exploração da madeira é uma atividade predatória no sentido de que ela não dá lugar a uma reconstituição do estoque de matérias-primas. Na ausência de política florestal (não há domínio florestal protegi-

do, raros são os reflorestamentos em eucalipto), a indústria da madeira contenta-se em valorizar uma pequena parte da madeira dos desmatamentos. É uma atividade que aparece essencialmente como um subproduto dos desmatamentos e sem autonomia própria, o que torna sua permanência muito hipotética uma vez passada a “frente pioneira”. As madeiras mais importantes vão procurar a madeira onde ela se encontra para abastecer a sede de sua empresa assim localizada no centro de um deserto, do ponto de vista florestal; os custos de transporte tornam-se muito elevados e obrigam as médias empresas a fechar suas portas.

As pequenas olarias, assim como as pequenas serrarias, desaparecem com o esgotamento de suas fontes de abastecimento: o terreno de onde se extrai o barro, e o terreno de onde se extrai a madeira. Constata-se uma grande instabilidade dessas empresas nos recenseamentos do IBGE. Do mesmo modo, é frequente encontrar-se como foi o caso em Dourados (MS), na época do recenseamento industrial anual por amostragem, um terço das empresas selecionadas fechadas ou paralisadas... Essas empresas ocasionais constituem, em número, a maioria das empresas industriais da região.

Observa-se o mesmo fenômeno na produção de arroz, caracterizado no Centro-Oeste por seu aspecto itinerante de cultura temporária de abertura de campos. Nessas condições é compreensível que a implantação das indústrias de arroz (descascamento, condicionamento) situem-se nas áreas de compra e não nas áreas itinerantes de produção. Em Sinop (MT), o arroz consumido é em parte originário de Santa Catarina. Ao redor de Dourados (MS), de Ceres (GO), antigas colônias agrícolas com a quase totalidade das terras já desmatada, as pequenas unidades de descascamento fecham umas após as outras.

A instabilidade das produções afirma-se então através da própria instabilidade das frentes pioneiras. Os colonos de Rondônia, confrontando-se com as dificuldades do meio amazônico, com a violência, e com uma política de colonização enfraquecida, sofrem para manter-se em seus lotes. A rotação nos perímetros enquadrados do Incra é muito forte, as culturas são muitas vezes abandonadas em benefício das pastagens. As terras da Amazônia não mantiveram suas promessas. As produções de cacau, de borracha e de guaraná não aparecem em 1980 entre os 14 principais produtos do Centro-Oeste e estão ameaçadas de permanecer ainda por muito tempo marginalizadas apesar de bons resultados para o cacau e de boas perspectivas para a borracha. A maior parte das plantações de café de Sinop (MT) está hoje abandonada. O solo mostrou-se de qualidade muito medíocre e deveria ter sido irrigado no período de seca. Erros diversos foram cometidos na escolha das mudas de café. Foi preciso arrancar milhares de pés de café em Rondônia e em Alta Floresta (MT), sendo que a variedade que os colonos haviam trazido do Paraná não se adaptara. A cultura da pimenta foi igualmente abandonada, pois não tinha mercado. As plantações de cacau, as plantações de hévea foram atacadas por doenças que os migrantes e os enquadradores não conheciam (vassoura de bruxa, queda das folhas). Não se sabe ainda como o ecossistema da Amazônia pode reagir à introdução de culturas em grande escala. Nas fronteiras, o entusiasmo por uma cultura pode ser também tão rápido quanto o seu abandono.

As culturas perenes cobrem apenas 7% das superfícies cultivadas. É preci-

so poder esperar sua entrada em produção, de 3 anos para o guaraná e de 7 anos em média para a hévea. O recurso ao crédito é então necessário e geralmente fatal para o pequeno agricultor que, mal-informado e sem capital mínimo, não poderá fazer face aos seus compromissos.

Um outro fator de instabilidade está ligado à política governamental. Pode-se, em parte, explicar o sucesso da soja, da hévea, do bicho-da-seda, pela facilidades de obtenção de créditos preferenciais. Nestes últimos anos, somente concessão de crédito com juros negativos em período de grande inflação permitia a realização de um confortável lucro financeiro que tornava marginal o lucro obtido com a produção física. Numerosas produções foram então incentivadas, muitas desapareceram com a suspensão do crédito que a elas fora concedido. Enormemente endividado, não tendo usado o crédito para melhorar sua exploração mas para especulações financeiras, o produtor da soja confronta-se, atualmente, com sérios problemas devido à baixa dos custos e à redução do crédito.

1.1.2. Os bloqueios institucionais

O moinho de trigo de Dourados (MS) abriu suas portas em 1960, atraído pelo mercado de consumo local. Na época, a região não produzia trigo; era preciso importá-lo da Argentina através de um longo circuito fluvial pelo rio Paraguai até Corumbá, de onde pegava o trem e depois a rodovia até Dourados. Atualmente o moinho trabalha com o trigo local comprado nos estabelecimentos do governo (sistema CFP) a um custo bem inferior àquele, subvencionado, que é pago ao produtor. Uma contestação a esta política nacional de subvenções poderia colocá-lo em grandes dificuldades. Entretanto, apesar de usina absorver 5% da produção local de Mato Grosso do Sul, ela não pode crescer e nenhum novo moinho pode ser instalado. A transformação do trigo é de fato submetida a cotas fixadas pelo governo federal. O Mato Grosso do Sul dispõe de uma cota de apenas 5.232 toneladas correspondente à capacidade do único moinho. A produção local, em 1984, ultrapassou 100.000 toneladas e poderia ter sido suficiente para cobrir as necessidades de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Esta mesma política de cotas, que limita a industrialização, existe também para a produção açucareira. O desaparecimento das velhas usinas açucareiras criadas no começo do século no Mato Grosso está ligado a esta política nacional. Não existe mais que uma só usina de açúcar já antiga em Jaciara (MT). Na região dos dois Mato Grosso, a cana-de-açúcar só pode ser atualmente transformada em álcool.

O caso do Distrito Federal é um pouco particular. Os projetos de implantação de indústrias tidas como fontes de poluição ou suscetíveis de atrair para Brasília uma mão-de-obra reivindicadora foram rejeitados até o presente. O programa Geoeconômico havia institucionalizado essa escolha recusando os projetos industriais fora do Distrito Federal.

Outras produções estão submetidas à lógica das fatias de mercado que reduz as possibilidades de valorização local. Falaremos disto no capítulo sobre as filiais.

1.1.3. As políticas de agroindustrialização malsucedidas

Encontramos o caso de políticas voluntárias de agroindustrialização que lamentavelmente fracassaram por terem esquecido que a agroindústria implica agricultura e indústria.

Assim, através de uma política de subvenções significativas, o governo plantou no Mato Grosso do Sul 450.000 hectares de eucaliptos e de pinheiros. Estas árvores passaram hoje da idade econômica ideal para um emprego industrial (pergunta-se então quantas usinas de massa preparatória para fabricação de papel teriam sido necessárias construir para absorver esta produção) e parece que quase nada pôde ser empregado, a não ser para a fabricação de carvão não concorrencial em relação ao carvão proveniente dos desmatamentos. O carvão feito a partir da árvore plantada é de fato mais caro do que aquele produzido a partir dos subprodutos quase gratuitos dos desmatamentos agrícolas.

A situação inversa das usinas sem matérias-primas é ilustrada pela usina de álcool-carburante de Sinop (MT). A destilaria foi construída com grandes custos e recursos de incentivos sem que nenhum programa conseqüente de cultura de mandioca tenha sido posto em prática. Em 1984, a quantidade de mandioca entregue não atingiu 20% da capacidade de transformação. É preciso ainda procurar a mandioca num raio de 200 km. A leiteria de Porto Velho (RO) foi construída antes da criação de uma bacia leiteira e da formação de pastagens. Superdimensionada, ela funciona apenas com 20% de sua capacidade. A fábrica de pneus de Gurupi (GO), a fábrica de uísque de Barra do Garças (MT), financiadas pela Sudam, apresentam outros problemas. Entre as razões mais expressivas do seu fracasso, pode-se citar a inexistência de culturas de hévea para a primeira, a insuficiência das culturas de milho para a segunda.

Podemos igualmente evocar os fracassos que ocorrem às tentativas de industrializar os produtos da pesca. As reservas potenciais não são conhecidas devido à falta de pesquisa, a legislação oscila entre a defesa do pequeno pescador individual e os interesses dos grandes frigoríficos, e tudo em torno de uma estrutura quase feudal de produção próxima ao "aviamento".

1.1.4. Um fraco nível de industrialização

A oferta agrícola implica às vezes obrigatoriamente a existência da unidade industrial (cana-de-açúcar...) mas, às vezes, estas atividades assemelham-se mais a um simples processo de extração destinado a permitir a exportação no Estado, tão fraco é o nível de transformação. Nestes casos, a oferta de produto condiciona apenas a instalação da aparelhagem destinada à sua extração. Seria preciso que uma verticalização se seguisse localmente para se poder realmente falar de industrialização e não simples exportação de matérias-primas.

A madeira da Amazônia dá lugar a pouca transformação local. Apesar de uma legislação visando reduzir a exportação fora das fronteiras do Mato Grosso e de Rondônia de madeira em tora, a maioria da madeira sai sem um aproveitamento local interessante, a não ser o caso das raras fábricas de compensado

de Cuiabá (MT). A indústria da madeira é atualmente uma indústria extrativa assim como a indústria mineira.

O rápido desenvolvimento de Sinop (MT), que veio a ser a 3ª cidade industrial do Mato Grosso com suas 200 serrarias, não deve igualmente provocar ilusões. A madeira dos desmatamentos deve desaparecer, acarretando o fechamento das serrarias.

O valor produzido é reduzido ao mínimo de alguns salários. Ao deixar Mato Grosso, a madeira contém 50% de seu valor em custos de transporte. No quadro de uma contabilidade regional, é provável que o Estado do Mato Grosso exporte sua riqueza florestal com prejuízo.

Veremos mais adiante que os frigoríficos contentam-se, em sua maioria, em congelar a carne para exportá-la aos centros de transformação; o óleo de soja produzido em Dourados (MS) é semi-refinado e exportado a granel. A tecedura dos fios de seda efetua-se em São Paulo. As verticalizações de transformações são muito reduzidas.

1.2. A qualidade das matérias-primas

A falta de uma verdadeira política agrícola e industrial que vise, antes de tudo, a qualidade, de forma a estabilizar a produção, é um pesado *handicap* e um fator de instabilidade da produção tanto agrícola como industrial. Os poderes públicos, bem como os industriais, são os responsáveis.

1.2.1. Os preços pouco estimulantes

À porta do matadouro, por quilo, o boi gordo tem o mesmo preço que o boi magro. Nada de tão surpreendente à primeira vista. Entretanto, o preço não leva em conta a porcentagem de carne e de osso, nem a qualidade da carne (boi alimentado em melhores pastagens plantadas com capim colômbio, criado em estábulo ou em pastagens naturais, boi velho ou maltratado) e não atua a favor de uma melhoria da produção bovina. Paralelamente, nenhuma atenção é dada ao couro. Os animais são marcados a fogo, sua pele é perfurada por carrapatos e cheia de cicatrizes. Não se pode imaginar a instalação de um curtume local que não tenha nenhum controle sobre a qualidade do couro, e, situando-se na etapa final do trabalho no frigorífico, nenhum controle sobre o sistema de abastecimento e de preços de venda. O único curtume do Estado do Mato Grosso deve sobretudo à sua longa experiência (desde 1959, bem antes da implantação do frigorífico Sadia) e à sua capacidade de administração a sobrevivência nessas condições. Seria impraticável, hoje, a implantação de um novo curtume que tivesse que financiar seus investimentos.

O leite, qualquer que seja sua qualidade e seu controle, segundo as normas de higiene, terá o mesmo preço pago pelo mercado que, aliás, reclamará da irregularidade da produção, apesar de contribuir para perpetuar uma produção leiteira ocasional e medíocre. O sistema de cotas leiteiras favorece supostamente a produção em período seco, oferecendo um preço inferior para toda superprodução do período úmido, desviando numerosos criadores da escolha de um aumento da produção ou da comercialização do seu leite através das leiterias.

Querendo regularizar o fornecimento de sua matéria-prima, estes estabelecimentos prejudicam freqüentemente o desenvolvimento da produção leiteira. Eles têm, inclusive, pouca margem de manobra, sendo os preços do leite fixados pelo governo.

1.2.2. As práticas não-controladas

Apresentaremos um caso extremo. A única cooperativa leiteira de Corumbá (MS) vai, sem dúvida, fechar suas portas após 6 meses de atividade. A qualidade do leite entregue, mas sobretudo as práticas dos cooperadores e o relaxamento dos poderes sanitários sobre as transações do leite vendido diretamente na fazenda não permitem um abastecimento de qualidade. O leite vendido na rua se presta mais a manipulações (particularmente ele pode provir de gado de má saúde) e possui um preço superior ao oficial. Como apoiar um tratamento industrial de leite sobre uma produção leiteira que cai de metade no período seco e torna-se incontrolável do ponto de vista sanitário e comercial?

A maioria da madeira que alimenta as empresas de construção e de móveis do Mato Grosso não é tratada e nem é seca convenientemente. As vendas de madeira não são controladas sob este aspecto. O pequeno industrial que trabalha a madeira não pode se dar ao luxo de ter uma área de estocagem para secá-la. A produção de material de construção e de móveis, a partir dessas madeiras verdes, será de qualidade tão inferior que só o mercado local “informal” poderá dela satisfazer-se, condenando os pequenos industriais de madeira ao biscate.

2. AS FILIAIS

Numerosas grandes empresas instaladas na região são filiais de grandes empresas nacionais, atraídas pela disponibilidade local de matérias-primas, que lhes permite controlar melhor seu abastecimento nacional e adquirir um certo controle do mercado em face da concorrência, e geralmente obter vantagens de toda sorte, concedidas pelo município, pelo Estado e pela Sudam.

Sua principal preocupação não é evidentemente contribuir para o desenvolvimento econômico e regional, nem de maximizar localmente os efeitos induzidos de sua atividade. Assim, os grandes frigoríficos e a usina de soja enviam toda a sua produção, cujos subprodutos poderiam ser transformados e consumidos localmente, à sua sede em São Paulo.

As fábricas de ração para gado não utilizam os subprodutos dos frigoríficos, mas aqueles dos pequenos abatedouros mais ou menos clandestinos.

Isto é particularmente grave, uma vez que os produtores estão, pela força das coisas, numa situação de total dependência em relação à empresa. Deste modo, os produtores de leite de Rialma (GO) e de bicho-da-seda de Ceres (GO), são assimiláveis a produtores com contrato, a assalariados que assumiram todos os riscos sem garantia de escoamento da produção a preço fixo. A usina de leite de Ceres é um peão numa estratégia nacional que visa controlar o mercado do leite da cidade do Rio de Janeiro. Quanto à sociedade que fornece a matéria-prima, o crédito e o enquadramento necessários à implantação de uma

unidade de produção de bicho-da-seda, ela é senhora dos seus preços e goza de um monopólio total. Nestes dois casos, a natureza perecível do produto impede qualquer pressão da parte do produtor.

Não se trata de uma integração econômica regional, mas de uma integração econômica de empresas, cujas ramificações organizam-se nacionalmente a partir da sede. Se a sede decide reduzir a produção de suas filiais, não será em função de escolha nem dos resultados agrícolas da região, mas de uma política nacional totalmente independente. Cada empresa surge, então, como uma unidade industrial isolada no contexto regional.

Além dos efeitos induzidos, existe igualmente o problema do mercado. É verdade que o mercado local, reduzido, não pode constituir a única fonte de escoamento da produção. Isso é evidente para as explorações mineiras e para as grandes unidades de produção. Mas a fábrica de cimento de Corumbá (MS), cuja parte do mercado geográfico é fixada pela sede, abastece melhor Cuiabá (MT) ou Porto Velho (RO) do que a própria capital do Estado a que pertence. Inúmeras são as grandes fábricas de arroz que preferem os mercados do Nordeste e do Sul, em função de uma política nacional. O mercado local é então abastecido pelo exterior!

Essas filiais dispõem de uma autonomia geralmente reduzida e a venda local de uma pequena parte de sua produção oferece-lhes apenas complicações na contabilidade. Em Rialma (GO), a capacidade de transformação é de 180.000 litros de leite por dia, quando o mercado local é de apenas 1.500 litros.

3. MUITAS VANTAGENS, POUCOS RESULTADOS

São as grandes empresas suscetíveis de aproveitar os produtos locais que encontram as melhores propostas vindas da Sudam (para o Mato Grosso, Rondônia e norte de Goiás), dos Estados e dos Municípios.

A Sudam pode oferecer 75% dos investimentos, os Estados do Mato Grosso e de Goiás podem favorecer um dossiê de demanda de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado (Bemat, Caixa) e organizar a taxação dos produtos. O Estado do Mato Grosso do Sul, através do programa Proindústria, o Estado de Goiás, através do programa Fomentar, oferecem um prazo de carência com uma baixa correção monetária para o pagamento do ICM. Por fim, os municípios podem oferecer um terreno e isenções de pagamento do ISS. Estas medidas oficiais, sendo objeto de uma legislação precisa, constituem evidentemente só algumas das vantagens das quais podem beneficiar-se.

Esta política é endereçada sobretudo às grandes empresas, que são frequentemente, nós acabamos de ver, filiais que dispõem de um efeito dinamizador reduzido na rede econômica local, a indústria regional transformando-se em filial da indústria paulista e sulista.

Seu peso econômico justifica raramente a importância das vantagens concedidas. As matérias-primas principais, arroz, soja, boi, madeira, não encontram problema de mercado. As empresas não contribuem com os preços existentes para estimular realmente a produção agrícola e estabilizar seu escoamento.

A mão-de-obra empregada e a parte dos salários em relação ao fatura-

mento são irrisórias. Por exemplo, a fábrica de soja de Rondonópolis (tratamento de 600 toneladas/dia, culturas próprias em 1.000 ha) cria apenas 80 empregos permanentes e os salários e encargos sociais representam 1,5% de seu faturamento (setor agrícola inclusive). E isso para o investimento de 18 milhões de dólares (225.000 US\$ por emprego permanente criado) dos quais 75% estão sob a responsabilidade da Sudam.

Para melhor fixar essas idéias, pode-se adiantar que os 3 anos de prazo de carência para o pagamento do ICM com taxa de 17%, com uma simples correção monetária de 20%, corresponde mais ou menos a uma soma que representa 6 meses de custos de funcionamento às expensas do Mato Grosso do Sul. Projetos gigantescos de transformação da soja e de frigoríficos, são abundantes.

São, portanto, vantagens enormes, e falamos aqui apenas de vantagens calculáveis, com um retorno relativamente fraco e, no caso de implantação de filial, com uma perda de independência certa. Além do mais, é sem dúvida necessário lembrar que entre as 5 primeiras empresas (por ordem de valor do capital social) do Mato Grosso, 3 constituem autênticos escândalos econômicos e financeiros, seja por não terem jamais funcionado (frigorífico e fábrica de uísque), seja por acumularem os déficits e funcionarem com menos de 20% de sua capacidade (usina de álcool de Sinop), a despeito das vultosas concessões da Sudam, que vêm provar a hipótese de que não são as ajudas e as vantagens fiscais que garantem o êxito de uma indústria. A adoção do risco pela administração permite a multiplicação de projetos mal-estudados e irrealizáveis.

Embora o problema seja um pouco diferente, convém inserir neste subcapítulo as fábricas de álcool-carburante proveniente da cana-de-açúcar. O fantástico desenvolvimento da agroindústria da cana no Centro-Oeste, fortemente encorajado e subvencionado pelo programa Pró-Álcool, deveria ser o objeto de uma avaliação econômica e social. Se se pergunta sobre a rentabilidade da substituição da gasolina pelo álcool de cana, a opinião parece unânime para denunciar as nefastas conseqüências sociais do programa: ocupação das boas terras, geralmente em detrimento das culturas de sobrevivência, proletarização dos trabalhadores agrícolas (bóias-frias), tendência à monocultura.

4. O EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA

O número de empregos criados pela agroindústria é pequeno em relação à importância do investimento. Em geral, ele varia em função da época das colheitas, depende do tipo de contrato estabelecido com o fornecedor de matérias-primas, que pode ser um simples assalariado filiado a uma cooperativa, produtor contratado ou produtor livre, e em função da parte agrícola integrada ou não diretamente à fábrica.

Expomos aqui algumas normas encontradas na ocasião de nossas pesquisas. São apenas normas teóricas, a maioria dessas fábricas depende do sucesso das colheitas e funciona apenas alguns meses por ano.

Os empregos oferecidos pela agroindústria são temporários e precários, dependendo do grau de mecanização, freqüentemente mal remunerados e sem cobertura social. A presença de uma numerosa mão-de-obra volante e de baixa renda, residindo na cidade (o mercado do trabalho agrícola situa-se na cidade),

QUADRO 3

Indústrias	Matérias-primas consumidas ou produção	Número de empregos
Laticínios	80.000 litros/dia	180
	50.000 litros/dia	122
Leite em pó	180.000 litros/dia	120
Frigoríficos	500 cabeças/dia	413
	500 cabeças/dia	350
Curtume	300 couros/dia	120
Fábrica de sais minerais (a partir de ossos)	100 toneladas/mês	40
Serraria	1.200 m ³ /mês	40
Indústria de madeira	500 m ³ /mês	60
Fábrica de compensado	150.000 m ² /mês	60
Móveis	10 m ³ /mês	20
Sementes	3.000 toneladas/ano	40
		(+238 parte agrícola)
Moinho de Trigo	25 toneladas/dia	7
Óleo de soja semi-refinado	300 toneladas/dia	50
		(150 durante a safra)
Álcool de mandioca	150.000 litros/dia	300
		(+1500 parte agrícola)
Criação e refrigeração de frangos	2.700 frangos/dia	32
		10
Massas alimentícias	3 toneladas/dia	100
Borracha	2.500 toneladas/ano	200
Castanha-do-pará	6.500 toneladas/ano	200
		(600 durante a safra)
Álcool de cana	240.000 litros/dia	200
		(+1500 parte agrícola durante o corte)
		150
	120.000 litros/dia	(+200 parte agrícola corte mecanizado)

provoca enormes problemas sociais. As periferias urbanas absorvem tão bem quanto mal os trabalhadores temporários, sujeitos a migrar a qualquer momento, em direção a outras oportunidades de trabalho, ou indo engrossar o setor informal.

A agroindústria não concorre para ocupar nem para fixar a mão-de-obra urbana. Ela é atualmente um fator de instabilidade urbana e ameaça mesmo a existência das pequenas cidades.

Se cada grande unidade agroindustrial oferece um número absoluto de empregos bastante importantes, é preciso entretanto lembrar que a região possui apenas poucas unidades desse tipo, e que, por questões de concorrência e de mercado, seu número não se pode multiplicar. Aliás, notaremos que a verticali-

zação agroindustrial da soja e do boi é pobre em criação de empregos, tanto na parte agrícola (aproximadamente 1 pessoa para 100 hectares para a soja, 1 pessoa para 200 cabeças de gado de corte) quanto na parte industrial.

CONCLUSÃO

Para poder concluir, será preciso retrocedermos e considerarmos o Centro-Oeste nas suas relações com o resto do País. É preciso que compreendamos os fenômenos no todo nacional como na sua lógica regional.

As produções agrícolas do Centro-Oeste parecem, atualmente, incapazes de servir de base para um desenvolvimento industrial local. Não que as novas culturas ou que as regiões em transformação sejam elementos negativos para um processo de industrialização; ao contrário, o afluxo populacional, o dinamismo pioneiro estimulam as iniciativas, tornando possível todo o projeto.

As principais dificuldades que acabamos de apresentar encontram suas raízes no processo de formação das frentes pioneiras brasileiras, na função que o Centro (esquemáticamente e ingenuamente chamado "São Paulo") designa ao Centro-Oeste, mas também na história e na base econômica local.

A instabilidade e a não diversificação das produções agrícolas são um fenômeno nacional, em parte devido à ausência de implantação de pequenos estabelecimentos com atividades diversificadas, em proveito de grandes cujas atividades são especulativas de acordo com seus interesses de curto prazo. A política agrícola nacional joga sempre mais longe, sobre as fronteiras, os pequenos produtores em busca de terras.

A inflação, cuja taxa oficial gira há três anos em torno de 250%, torna permanentemente irrisórios os lucros tirados da produção, e exige uma perfeita habilidade do manejo dos custos, dos circuitos de comercialização e dos preços de venda. Paralelamente à colocação no mercado financeiro, a transformação das terras em pastagens oferece ao produtor a solução menos arriscada e quase sempre a mais rendosa.

Neste contexto, o Centro-Oeste pode aparecer como uma simples periferia do sistema central. Ele é estruturado para exportar matérias-primas brutas por menor preço, a realização do lucro sendo feita no final do processo de produção, na sede das empresas em São Paulo ou no Sul. Tudo concorre para impedir sua industrialização.

Talvez uma reforma institucional que permitisse a descentralização do poder e dos recursos entre o Estado Federal, os Estados e os municípios constituísse um primeiro passo.

Mas o Centro-Oeste não é um simples satélite do Centro. Ele mesmo cria seus bloqueios. A base econômica e política do Centro-Oeste é uma base agrícola latifundiária. Os representantes das regiões das fronteiras não têm vontade, nem o peso político suficiente, para garantir o desenvolvimento autônomo da sua região. O jogo das alianças políticas e seus próprios interesses, sempre mais ligados ao Centro que à sua região, não lhes permitem lutar contra a fiscalização, a política das cotas, o afluxo desordenado dos migrantes, as políticas nacionais que penalizam a economia regional.

Nessas regiões de conflitos de terras e de violência, eles não podem impor

uma reforma agrária, com a qual seriam os primeiros a sofrer. Tradicionalmente, o modo de ocupação do espaço é representado pela grande propriedade de criação extensiva. Este modelo econômico, mas também de caráter cultural, permanece dominante na região. Mudar de modo de produção, colocar em questão a base econômica e social para assegurar o desenvolvimento regional exigiria uma mudança total das mentalidades. As ajudas às indústrias aparecem então como simples transferências que acentuam mais a punção que sofre a região em proveito de grupos exteriores ou de personalidades locais.

E é nas cidades, numa outra escala, no setor mais ou menos informal, independentemente das produções agrícolas regionais e das suas transformações, que se desenvolve uma pequena indústria ligada à demanda urbana e nascida da iniciativa privada...

BIBLIOGRAFIA

Pesquisas do autor junto às indústrias do Centro-Oeste, 1984/1985.

IBGE, 1984. IX recenseamento geral do Brasil 1980 — Censo industrial — Dados gerais. Censo demográfico. Mão-de-obra. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Sudeco-DPR, 1985 — Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, Brasília.